

TOLDO CHIMBANGUE

# Desponta primeira vitória

Os índios Kaingang do Toldo Chimbangue, no município de Chapecó, SC, vêm reivindicando junto à Funai a devolução de sua terra (2000 hectares), que a Colonizadora Luce & Rosa vendeu ilegalmente a colonos que, há 30 anos, fundaram ali a Sede Trentin (ver *PORANTIM* nº 58).

Ao completarem-se, dia 16 de junho, dois anos desde sua primeira visita à 4ª DR da Funai, em Curitiba, os Kaingang do Chimbangue escreveram novamente à Funai, dando um último prazo: "Se a Funai não vier dar decisão até o fim de junho, então os índios mesmo vão tomar providências".

Antes de findar o prazo, os índios ainda convocaram diversas lideranças Kaingang e da UNI para uma reunião, que aconteceu dias 26 e 27 de junho. Ali os índios do Chimbangue tiveram ocasião de relatar aos demais líderes as dificuldades que enfrentam, como agressões e ameaças dos colonos, invasão de roças, a omissão completa da Funai e, principalmente, a absoluta falta de terras para o próximo plantio, já que os colonos se negavam a lhes arrendar terras. Ao final da reunião, decidiram escrever uma carta ao presidente da República. Se não recebessem uma solução satisfatória até o dia 5 de agosto, iniciariam uma grande assembleia para decidir os meios de agilizar uma solução para as terras do Chimbangue. Convidariam representantes das áreas do Sul, e a UNI convidaria líderes de outras regiões.

Dia 30 de junho, a Funai pediu mais quatro dias de prazo; mas acabou confessando que não tinha nenhuma solução. A 5 de julho, os líderes do Toldo Chimbangue dirigiram ao presidente da República seu último apelo: "Esperamos o vosso apoio que nos ajude a requisitar a nossa área do Chimbangue". E alertaram: "Caso não seja solucionado e garantida a terra de nossa comunidade indígena, e isso se gerar num conflito com os colonos, a responsabilidade será somente do governo". Finalizaram, dizendo: "Nos dirigimos a Vossa Excelência para sermos atendidos, para que assim não seja possível nós agir pela força bruta. Aguardamos a vossa resposta até o dia 5 de agosto de 1984, que é o máximo que podemos esperar, já que começa o novo tempo de planta".

Além desta carta ao presidente da República, os líderes do Chimbangue procuraram seus irmãos de outras áreas do Sul, para articular a assembleia do dia 5 de agosto.

A Funai tentava reatar negociações, mas os índios deixaram claro: "Só venham com uma solução definitiva para a nossa terra". Mesmo

assim, dia 12 de julho, o delegado da 4ª DR., João Darcy Ruggieri, ainda tentou uma fracassada reunião com os índios. Depois de passar o dia em Chapecó, em contato com autoridades, somente de tardezinha desceu até o Toldo. Numa iniciativa mais que desastrosa, fez-se acompanhar de diversos funcionários da Funai e ainda chegou com um ônibus com pelo menos 30 soldados da Polícia Militar. Este fato tanto irritou os colonos como os índios. O cacique, sabendo que a Funai não trazia uma solução, negou-se a receber tal comitiva.

A divulgação do prazo de 5 de agosto, bem como das intenções dos índios — de recuperar suas terras por seus próprios meios — alarmou não somente a Funai, mas também as 120 famílias de colonos, que, apoiadas por políticos, iniciaram uma campanha contra os Kaingang. Mostravam-se irredutíveis no seu propósito de permanecer nas terras dos índios, rechaçando qualquer outra solução. O desdobramento da campanha não tardou a atingir o alvo predileto dos interesses escusos: o Cimi, o bispo de Chapecó, dom José Gomes, e a CPT. A revolta dos colonos foi habilmente dirigida contra o trabalho da Diocese, com ampla divulgação nos meios de comunicação. A campanha culminou, dia 27 de julho, com uma passeata pelo centro da cidade de Chapecó, que teve o apoio aberto de autoridades como o prefeito municipal, o secretário dos Negócios d'Oeste, o delegado Regional de Polícia, deputados e vereadores. Carregando crianças, portando faixas e cartazes, gritavam slogans contra o bispo dom José, os membros do Cimi e da CPT.

Infelizmente, os colonos vinham sendo iludidos por políticos da região, que lhes garantiam que seus títulos eram legais e que os índios seriam facilmente transferidos para outras reservas. O deputado federal João Paganella (PDS-SC, malufista), discursou na Câmara em defesa dos colonos, atacando o bispo de



Juraciela Veiga

Com armas, colonos tentaram amedrontar os Kaingang

Chapecó e os agentes pastoraes do Cimi, e ainda apresentou um projeto de lei, flagrantemente inconstitucional, pelo qual "fica proibido o estabelecimento de reserva indígena na localidade de Sede Trentin". "Generosamente", o projeto de Paganella dispõe que "eventuais remanescentes (sic!) de índios Caicangs (sic!) ali existentes serão reassentados pela Fundação Nacional do Índio na Reserva Indígena de Chapecó, situada no município de Xanxerê, pertencente à mesma tribo". Paganella só não se lembrou de propor o reassentamento dos colonos de Sede Trentin nas fazendas de latifundiários de seu Estado...

Enganados com essa "solidariedade" politqueira, os colonos não aceitavam a argumentação de que seus títulos são anuláveis, mesmo adquiridos de boa-fé e pagos com o suor do trabalho, por se terem originado de atos ilegais de alienação de terras indígenas.

Dia 26 de julho, a Funai criou um grupo de trabalho para levantamento topográfico das terras pretendidas pelos índios e para a avaliação das benfeitorias dos agricultores. Tal levantamento e avaliação seriam encaminhados ao Grupo Interministerial (Minter/Meaf, conforme es-

labelce o Decreto 88.118, de 23/2/83.

A Comissão formada pela Funai, de imediato, prometeu entregar aos índios uma área provisória; e, junto com os Kaingang, fez uma proposta nesse sentido. Com efeito, a 31 de julho, o presidente da Funai assinou a portaria nº 1675/E, a qual determinou que, numa área de 137 hectares, fosse implantado um Projeto Agrícola de Subsistência, para atender à comunidade indígena do Chimbangue. Os índios aceitaram esta gleba provisória, deixando sempre claro que de maneira nenhuma abdicariam de sua reivindicação sobre toda a área de 2 mil hectares.

Em face da reação positiva da Funai, reservando esta pequena área para os índios, estes aceitaram discutir um novo prazo para a solução definitiva. As lideranças das outras áreas foram logo informadas desta decisão e se lhes pediu que aguardassem nova convocação. Assim mesmo, 11 índios Xokleng da aldeia Bugio, do PI Ibirama, compareceram dia 5 de agosto para prestar seu apoio e solidariedade aos Kaingang do Chimbangue.

Para terem total certeza das intenções da Funai, os índios ainda exigiram a presença do Presidente do órgão.

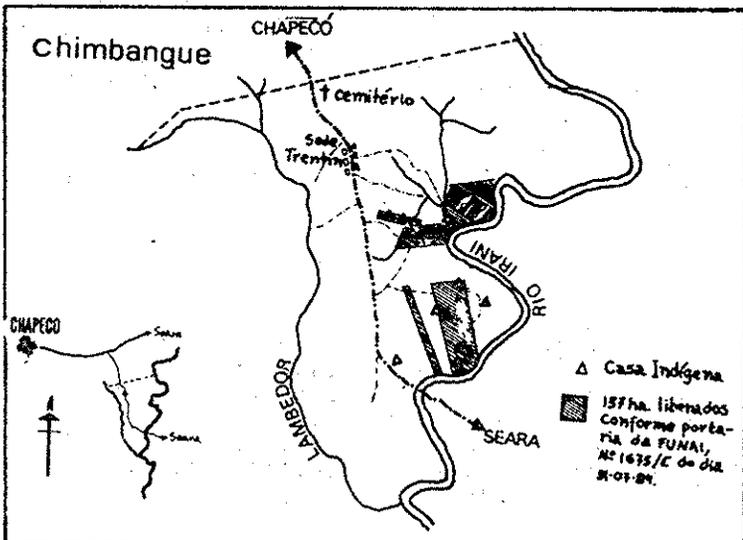
Eles queriam uma garantia formal sobre o restante da sua área. A Funai anunciou várias datas para a vinda de Jurandy da Fonseca; quando, afinal, ele veio, dia 11 de agosto, o avião, por causa do mau tempo, não pôde aterrisar em Chapecó.

Os fatos recentes mostram que a preocupação dos índios não é infundada. Apesar de a portaria estar assinada desde o dia 31 de julho e apesar de, desde o dia 27 do mesmo mês, estarem na área a comissão da Funai e elementos da Polícia Federal, a Funai ainda não conseguiu liberar os 137 hectares prometidos pela portaria. Acresce a isto a campanha das autoridades locais contra a Funai, gerando um descrédito ante os colonos e os índios. Deste modo, aumentaram as ameaças e a prepotência dos colonos contra os índios, inclusive com bloqueio da estrada de acesso à área e ameaças de seqüestro dirigidas aos missionários do Cimi. A crescente manifestação antiindígena dos políticos regionais fazia prever agressões maiores contra os índios.

A Polícia Federal interveio e, dia 16 de agosto, depois de três dias, a barreira na estrada foi desativada. Os índios, porém, não puderam plantar nas terras que lhes foram reservadas. Ao final de longas negociações entre autoridades e colonos, estes concordaram em reservar 128 hectares para os índios, alterando, porém, em parte, a portaria 1675/E.

Por sua vez, a Funai tenta ganhar os Kaingang, montando uma estrutura de assistência. Os índios, porém, estão preocupados e sempre mais descrentes de uma solução rápida.

Apesar de todos os impasses e contratempos, as negociações continuam entre autoridades, colonos e Funai. Os índios do Toldo Chimbangue estão prestes a alcançar a primeira vitória, depois de dois anos de luta e mais de 30 anos de sofrimento.



Pedro Zilles

Ana da Luz, 30 anos sem terra